



*[Handwritten signatures]*

Associação Portuguesa de Pais e Amigos  
do Cidadão Deficiente Mental de Matosinhos  
Relatório de Gestão e Contas 2018

<b>Missão da Organização</b>	Promover a qualidade de vida e inclusão social do cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias.
<b>Visão</b>	Ser uma organização de referência no concelho na resposta ao cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias.
<b>Valores</b>	Integridade, Rigor, Confidencialidade, Privacidade, Criatividade, Flexibilidade.



*[Handwritten signatures]*

## ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A “APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE MATOSINHOS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos alterados e em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º139/2007, de 29 de janeiro.

O registo efetuado pela Direção-Geral da Segurança Social foi lavrado pelo averbamento n.º2, à inscrição n.161/01, a fls.29 e 29 Verso do Livro n.º9 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efetuado em 23/11/2015.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex<sup>as</sup> o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, da APPACDM de Matosinhos.



Pinto  
W  
A  
S.

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades da APPACDM de Matosinhos apresenta a descrição de todas as atividades planeadas e desenvolvidas pela instituição durante o ano de 2018. Durante este período, privilegiou-se o envolvimento e a interação entre todas as partes interessadas e que se constituem como essenciais na vida institucional. Como tal, para além das atividades desenvolvidas para e com os clientes através das respostas sociais que presta, é importante para a APPACDM de Matosinhos o estabelecimento de sólidas relações institucionais com parceiros e entidades que assegurem uma maior diversidade nas práticas e facilitem a sustentabilidade organizacional.

No ano de 2018, a Direção da APPACDM de Matosinhos orientou a sua intervenção assente nas necessidades de clientes e famílias, com rigor, objetividade e diminuição do desperdício de recursos.

As atividades desenvolvidas e realizadas em 2018 tiveram como base o Plano Anual de Atividades apresentado pela Direção da APPACDM de Matosinhos e aprovado em Assembleia Geral.

Todas as atividades desenvolvidas foram elaboradas de forma alinhada com a Missão, Visão e Valores da APPACDM de Matosinhos, cumprindo ainda os objetivos estratégicos definidos, mais concretamente:

- Ajustar o Sistema de Gestão da Qualidade fazendo a transição para os Manuais da Qualidade da Segurança Social;
- Facilitar a formação dos profissionais dotando-os de novas e melhores competências para a prestação de cuidados e serviços de elevado grau de eficiência, melhorando simultaneamente as suas capacidades pessoais;
- Criar e dar continuidade a projetos inovadores através de práticas de excelência e que reforcem a posição de liderança e vanguarda da APPACDM de Matosinhos, garantindo também uma maior representatividade na área em que se insere;



- Envolver todas as partes interessadas assegurando o envolvimento das partes em todos os momentos da Instituição, assegurando a prestação de serviços cada vez mais ajustados às necessidades;
- Garantir a sustentabilidade da Instituição através de um modelo de gestão baseado na otimização dos recursos existentes e boas práticas na aplicação dos meios económicos envolvidos.
- Criação de uma unidade residencial para pessoas com deficiência em situação de grande dependência. Medida que implica a transferência do CAO da Sra. da Hora para o Centro Dr. Leonardo Coimbra.

## 1. RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS

A APPACDM de Matosinhos orienta a sua atuação de acordo com a sua Missão – Promover a qualidade de vida e inclusão social do cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias. Neste sentido, as Respostas Sociais e os serviços disponibilizados procuram ir ao encontro da comunidade, com o objetivo de aprofundar o sentido de inclusão em sociedade.

of.  
Pint  
D  
A  
G.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

### 1.1. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE RESPOSTAS SOCIAIS – 2018

Estabelecimento	Resposta Social	Nº Respostas
Centro Dr. Leonardo Coimbra	CAO Centro Dr. Leonardo Coimbra	127
	Pousada	16
	UATL	72
Laranjeiras	CAO das Laranjeiras	20
	Lar das Laranjeiras	12
Senhora da Hora	CAO da Senhora da Hora	20
	Lar da Senhora da Hora	18
	ELI de Matosinhos	53
Circunvalação	Lar da Circunvalação	8
Total		346

#### 1.1.1. ELI DE MATOSINHOS

A ELI de Matosinhos está integrada no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIP), que apoia crianças entre os 0 e os 6 anos, em situação de risco estabelecido, biológico ou ambiental, bem como às respetivas famílias, cujo contexto educativo está integrado no concelho de Matosinhos.

A ELI tem a missão de garantir a intervenção precoce na infância, promover a qualidade de vida e inclusão social, através de um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família nos seus contextos de vida.

Em Matosinhos, os casos de crianças com alterações ao nível do desenvolvimento têm vindo a aumentar e por consequência o número de pedidos de apoio à ELI também.



Assim, e no âmbito do PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais) foi feita candidatura de revisão do acordo de cooperação para alargamento da resposta. Neste caso o apoio de 53 passaria para 80 crianças.

### 1.1.2. CAO – CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

O Centro de Atividades Ocupacionais "...visa a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência mental, permitindo a resposta às suas necessidades e o desenvolvimento das suas capacidades, sem vinculação a exigências de rendimento profissional ou de enquadramento normativo de natureza jurídico-laboral." Os CAO apoiam pessoas com deficiência mental e multideficiência, com idades a partir dos 16, residentes nos Concelhos de Matosinhos, Maia, Valongo, Porto e Gondomar (com exceção dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino regular).

Para cada cliente é elaborado um Plano Individual (PI) onde se definem as áreas, objetivos e indicadores a trabalhar. A intervenção é definida para cada cliente em função da avaliação funcional realizada pelos técnicos especializados do CAO. São depois elaborados e executados os planos de sessão e, numa fase posterior, procede-se à revisão e avaliação dos PI's, em equipa multidisciplinar. A monitorização e avaliação dos PI's possibilita o reajuste da intervenção individual. Assim, o CAO proporciona atividades lúdico-terapêuticas, de desenvolvimento pessoal e social, de participação e integração social, na comunidade.

Os quatro Centros de Atividades Ocupacionais do Centro Dr. Leonardo Coimbra funcionam na sede da organização. Os clientes do CAO da Senhora da Hora e do CAO das Laranjeiras, para além das atividades referidas, desenvolvem atividades socialmente uteis, em parceria com diferentes empresas. São executadas atividades oficinais e de montagem, realizadas no âmbito do processo de transformação da matéria-prima em produtos finais.

*[Handwritten signatures and initials]*



d.  
Print  
B  
A  
Sf.

### 1.1.3. LRE – LARES RESIDENCIAIS

Os lares residenciais pretendem ser um “...equipamento social para acolhimento de pessoas com deficiência, que se encontrem impedidas, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar”. Os Lares Residenciais da Instituição acolhem e apoiam pessoas com deficiência mental, de ambos os sexos, a partir dos 16 anos de idade e sem retaguarda familiar adequada, em regime de internamento, com carácter temporário ou definitivo.

A APPACDM de Matosinhos disponibiliza quatro Lares Residenciais: Pousada, Lar da Senhora da Hora, Laranjeiras e Circunvalação. À semelhança do CAO é elaborado o Plano Individual com base no perfil dos clientes e definida a intervenção, sendo esta orientada para o desenvolvimento pessoal, inclusão social e bem-estar.

### 1.1.4. UATL – UNIDADE DE ARTES E TEMPOS LIVRES

Atualmente, a APPACDM de Matosinhos disponibiliza uma Unidade de Artes e Tempos Livres (UATL), que procura promover o desenvolvimento das capacidades terapêuticas e desportivas de jovens/adultos. Esta unidade desenvolve atividades desportivas: atletismo, futebol e jogos adaptados, terapia ocupacional e psicomotricidade. É também objetivo participar em competições que fazem parte do quadro competitivo dos vários organismos desportivos.

Este ano apresentamos uma proposta de reconversão da UATL para a resposta social CAARDP. Esta resposta pretende promover atividades desportivas, terapêuticas, ocupação dos tempos livres, a participação em eventos de âmbito nacional e internacional e apoio jurídico, bem como facilitar a integração na comunidade. Propôs-se o funcionamento na modalidade b) da Portaria nº 60/2015 de 2 de março que pretende assegurar um serviço especializado no atendimento, acompanhamento e processo de reabilitação social a pessoas com atraso de desenvolvimento, deficiência/incapacidade intelectual, disponibilizando serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.



*[Handwritten signature]*  
f.  
ant  
B  
G.

Esta proposta de reconversão assenta, numa continuidade dos serviços prestados atualmente pela UATL, com a necessária adaptação e aumento do leque de serviços disponibilizados a clientes, significativos e comunidade externa à instituição.





of.  
Port  
IB  
A  
Jh.

## 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E METAS ALCANÇADAS

### 2.1. PARCERIAS

A procura de novas parcerias e a consolidação das parcerias existentes continua a ser uma área em que a APPACDM de Matosinhos aposta de forma continuada, com um foco claro na melhoria contínua dos serviços disponibilizados. Assim, para o ano de 2018, a instituição apostou em manter o envolvimento com os parceiros existentes, bem como, encetar esforços para a procura ativa de novos parceiros institucionais, como é o caso da parceria com o Continente Modelo, com a Alternância, Ensino e Formação Profissional, CRL.

O estabelecimento de parcerias continua a ser aposta Institucional, nomeadamente a realização de estágios curriculares, onde se proporciona a partilha de experiências e saberes, dando a possibilidade aos alunos de desenvolverem as suas competências, a passagem à prática de metodologias de trabalho inovadoras e que se revestem de um valor acrescentado à qualidade de vida dos clientes da Instituição. Durante o ano de 2018, a APPACDM de Matosinhos manteve ainda estágios com parceiros já existentes, mais concretamente, com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. O ISSSP, Instituto de Serviço Social do Porto, apostou na formação de jovens estudantes, futuros técnicos superiores de serviço social na sede da nossa instituição. A parceria com a Alternância, Ensino e Formação Profissional, foi realizada no âmbito de um estágio de Técnico Auxiliar de Saúde.

O Agrupamento de Escolas de Matosinhos aumentou a número de alunos em PIT – plano individual de transição, no CAO de Leonardo Coimbra.

O apoio a famílias mais carenciadas é também uma preocupação da APPACDM de Matosinhos. Para este apoio, as parcerias com o Banco Alimentar Contra a Fome são de elevada importância, uma vez que facilitam as doações de bens alimentares a famílias que necessitam deste apoio para enfrentar as dificuldades do quotidiano.



*[Handwritten signatures and initials]*

A APPACDM de Matosinhos mantém ainda ligações institucionais com congéneres que se fazem representar, a nosso convite, em alguns dos eventos que a nossa instituição organiza, como é o caso do ALADI, da APPACDM da Maia, APPACDM do Porto, AAJUDE a ANDDI, entre outros.

O Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), enquanto entidade parceira, apoia a realização de momentos fundamentais como as Colónias de Férias e o Juntos Pel'Arte, para além da divulgação de atividades, formação ou eventos relevantes para clientes e colaboradores da instituição.

As parcerias com a Matosinhos Sport, Matosinhos Habit e com a Câmara Municipal de Matosinhos concretizam-se ao nível da cedência e requalificação de espaços, que se revelam de elevada importância, uma vez que possibilitam aos clientes e partes interessadas a utilização de uma diversidade de espaços e atividades e melhoria das condições habitacionais e da qualidade de vida. A Instituição mantém ainda uma participação ativa na Rede Social de Matosinhos, onde está representada nas reuniões da Comissão Social de Freguesia, na Junta de Freguesia da Senhora da Hora e na Junta de Freguesia de São Mamede de Infesta. Em 2018 destacamos a formação ministrada pelo Centro de Saúde de São Mamede de Infesta, no âmbito da Comissão Social de Freguesia de S. Mamede de Infesta, onde se realizaram ações, na sede da APPACDM de Matosinhos sobre Suporte Básico de Vida. A rede social de Matosinhos destacou a APPACDM de Matosinhos pelas ações em parceria com a BETESDA e o CIVAS, como referência de boas práticas. Destas ações resultou o Encontro de Boas Práticas na Rede Social de Matosinhos.

Além disso, mantém a parceria com o Ministério da Justiça (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais) para a realização de trabalho comunitário considerado como relevante para a instituição. A ENTRAJUDA, Associação de Apoio a Instituições de Solidariedade Social é também um importante parceiro na divulgação e implementação de formações relevantes para os colaboradores. Destacamos as ações de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. A UDIPSS-Porto, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto promoveu ações no âmbito dos acordos



de Cooperação com Instituto da Segurança Social, I.P. e no âmbito das participações familiares.

As Câmaras Municipais da Maia e Valongo prestam ainda um importante apoio no transporte dos clientes da sua área de residência.

No que diz respeito à cedência de recursos, é possível destacar a oferta de bilhetes para diversos eventos por parte da APDL (Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A), bem como do Clube Galp Energia, contribuindo para um importante momento lúdico dos nossos clientes.

A APPACDM de Matosinhos continua a dispor de apoios na aquisição de bens e serviços, como por exemplo, o Continente Modelo, a Forbo, a Sotinco (CIN), a Farmácia São Mamede, Revinobre entre outros.

## 2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como Instituição Particular de Solidariedade Social, a APPACDM de Matosinhos tem uma importância acrescida enquanto agente mobilizador da participação na sociedade e na comunidade, criando constantemente sinergias. Assim, a APPACDM de Matosinhos, esteve focada em somar forças e interações de forma a ganhar vantagem competitiva frente aos seus concorrentes.

O ano de 2018, estabeleceu uma nova e significativa parceria com o IKEA de Matosinhos. Esta parceria iniciou-se com a exposição IDENTIFICA-TE que decorreu no Mar Shopping e que consistiu numa mostra e venda de trabalhos de arte realizados pelos clientes da Instituição. Nesta sequência surge o convite para integrar um grupo de quatro clientes no IKEA, nos serviços de cozinha, flores e plantas e recovery, com o objetivo de promover a inclusão e social e no mercado de trabalho.

O ano iniciou com o 25º Grande Prémio dos Reis, em janeiro, prova competitiva que visa promover a excelência desportivas de vários atletas com multideficiência em cadeiras de rodas, problemas motores associados, síndrome de down, autismo e deficiência mental do distrito do Porto, contando com a participação de 149 participantes.

Com a nossa parceira de excelência ANDDI, participamos com 6 clientes no 15º Encontro de Atividades Aquáticas na cidade de Ovar.



f.  
Plant  
B  
E  
Ck.

Em fevereiro participamos no 24º Corso de Carnaval da cidade de São Mamede de Infesta com um carro alegórico subordinado ao tema as profissões, que muito fez sonhar e conquistar planetas.

Na cidade de Felgueiras participamos no 12º Encontro de Atividade Aquáticas com 7 clientes.

Em abril participamos no 18º Encontro de Atividades Aquáticas na Cidade de Penafiel.

O mês de maio foi pautado pelas festividades do Sr. de Matosinhos, em que realizamos várias visitas às festividades de Matosinhos, com viagens de carroceis, farturas e muita alegria para cerca de 150 clientes.

Na cidade de Espinho participamos no XXX encontro de atividades adaptadas.

No 1º encontro de Artistas do Mundo da APPACDM de Matosinhos – MARTE, tivemos a apresentação de 3 performances internacionais: Aerial Hoop (Irlanda), Marionetas (Itália) e Espetáculo de Fogo (Portugal) para clientes e famílias.

Em junho realizamos mais um Torneio de Natação realizado na Piscina Municipal de São Mamede de Infesta convidando instituições congéneres.

Em julho, o Torneio de Futebol entre a APPACDM de Matosinhos e o ALADI, juntou clientes e profissionais a marcar golos gloriosos.

De 09 a 20 de julho, 34 dos nossos clientes foram de férias para a Tocha. Realizamos uma colónia na Quinta da Fonte Quente, fomos à praia de Mira, à praia fluvial de olhos de ferverça, dançamos, cantamos e brincamos muito como convém quando estamos de férias.

Em outubro participamos nos campeonatos do Mundo de Síndrome de Down - Atletismo 2018. A Seleção das Quinas foi a mais medalhada, terminando o campeonato com 307 pontos, mais 51 pontos que o país segundo classificado. A atleta da APPACDM de Matosinhos, Elsa Taborda, contribui para este magnifico resultado com: 3º lugar nos 1500m 2º lugar nos 4x100m estafetas 2º lugar nos 4x400m estafetas.

Em outubro fomos também a Guimarães visitar a nossa parceira de aventuras Alecrim – Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. Participamos em vários laboratórios criativos de culinária, dança e química.



O 20º Juntos Pel'Arte, organizado pela APPACDM de Matosinhos em parceria com a Câmara Municipal de Matosinhos, realizou-se entre os dias 22 de novembro a 03 de dezembro. Este evento contou com uma exposição com mais de 350 de obras da autoria de alunos e utentes de mais de 20 escolas e instituições do concelho, além de espetáculos, ateliês e *workshops*.

Relativamente aos *workshops*, estes foram desenvolvidos por artistas convidados. Os ateliers realizados tiveram a colaboração dos profissionais da APPACDM de Matosinhos. Quanto aos espetáculos foram realizados com a participação de instituições congéneres oriundas de Espinho, Viseu, Santa Comba Dão, Paredes e Porto e APPC.

Foi um evento marcado pela elevada afluência de público, pela presença ativa de cerca de 1500 participantes. O evento teve um importante destaque na comunicação social, o que elevou a sua importância e interesse, no panorama cultural e artístico nacional.

No mês de dezembro demos um concerto grandioso com o "Pequeno David e os Sem Soninho" no auditório Dr. Leonardo Coimbra.

Em dezembro, os clientes de CAO e dos Lares Residenciais tiveram ainda a possibilidade de se deslocar ao Mar shopping para assistir ao musical "A fábrica de chocolate", cujos bilhetes foram cedidos pela APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

No dia 15 de dezembro a convite do Orfeão da Madalena, o coro da APPACDM de Matosinhos atuou na Igreja dos Congregados, no Porto.

No dia 21 de dezembro, os 54 clientes residentes tiveram o Jantar de Natal que foi confeccionado pela Alternância.

No final do mês, um grupo de clientes marcou presença no I Encontro Experimental de Equitação Desportiva que se realizou no Centro Hípico do Porto.

Ao longo do ano, a APPACDM de Matosinhos esteve empenhada em proporcionar aos seus residentes, experiências em tudo similares às suas vivências familiares. Assim os residentes participaram nas atividades de Natal e Passagem de Ano, nas atividades de Páscoa e celebração de aniversários.

*[Handwritten signatures and initials]*



*[Handwritten signatures and initials]*

### 2.3. ÉTICA

No dia-a-dia da instituição, os profissionais são guiados por princípios éticos, com respeito para com o cliente e os seus significativos. Neste âmbito, a consciencialização ética é uma componente presente nas reuniões de equipa, focalizada na proteção de dados sensíveis dos clientes, famílias e colaboradores.

Durante o ano de 2018, não foram verificadas ocorrências ou reclamações ao nível do domínio ético. Estes resultados espelham as boas práticas vivenciadas na APPACDM e que são consideradas na atuação das equipas que diariamente asseguram o cumprimento das normas éticas na instituição.

### 2.4. PARTICIPAÇÃO

A participação de todos os intervenientes na Instituição mantém-se como um princípio fundamental do bom funcionamento Institucional. Assim, a APPACDM de Matosinhos continua a incentivar e a envolver os clientes, significativos e colaboradores, de forma a responder às necessidades de todas as partes.

As Reuniões Gerais de Clientes continuam a assumir um papel determinante na vida dos clientes, pois é neste momento que se exercita a auto-representação e auto-determinação. As reuniões realizam-se trimestralmente e possibilitam a partilha, discussão e debate das necessidades identificadas pelos clientes ao longo das suas vivências diárias.

A participação dos significativos na dinâmica institucional, é um desafio constante e necessário para ir de encontro às necessidades e expetativas dos clientes e famílias.

As reuniões de equipa multidisciplinar assumem importância para as equipas das diversas respostas sociais, pois é o momento onde se analisam e discutem as necessidades observadas pelos clientes/famílias e colaboradores.



Handwritten signature: f  
Bort  
Handwritten initials: H  
Handwritten signature: J. G.

## 2.5. QUALIDADE

Em setembro de 2018 fizemos a transição da EQUASS Assurance para o Manual de Processos Chaves e Manual da Avaliação da Qualidade, da Segurança Social, nosso financiador. Estes manuais são baseados na ISO9001 e nos modelos de excelência EFQM – European Foundation For Quality Management. Estes modelos de avaliação são de aplicação voluntária e certificáveis, promovendo a Qualidade das Respostas Sociais como um todo.

Assim, iremos manter processos chave, como os planos individuais, avaliação da satisfação dos clientes, gestão da formação e avaliação de desempenho, mas seguindo as orientações e critérios exigidos pela Segurança Social. Continuaremos a apostar na melhoria contínua e na sustentabilidade dos nossos serviços. A permanente evolução da área social, os contínuos desenvolvimentos e o crescente nível de exigência dos clientes suportam a necessidade de manter o Sistema de Certificação da Qualidade. Ao optar por seguir os processos do nosso financiador, pretendemos economizar recursos humanos e físicos.

O referencial da Segurança Social é também baseado na melhoria contínua, com a garantia da prestação de serviços de qualidade a todos os clientes e potenciais clientes, fazendo com que a qualidade dos serviços seja percebida como uma vantagem competitiva.

O *website* e a página oficial de *Facebook* são ferramentas importantes de divulgação do nosso trabalho. Assim, o *website* institucional – online em [www.appacdm-matosinhos.com](http://www.appacdm-matosinhos.com) – apresentou perto de 1035 acessos mensais. Este *website* permite conhecer de perto a instituição, bem como acompanhar todas as atividades desenvolvidas. Também a página de *Facebook* – [www.facebook.com/appacdm-matosinhosoficial](http://www.facebook.com/appacdm-matosinhosoficial) - permite visualizar de forma frequente todas as atividades, com reportagens fotográficas e vídeos de 2018.



*[Handwritten signatures and initials]*

## 2.6. RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos preocupamo-nos com os colaboradores, a produtividade e a aprendizagem de novas competências. Durante o ano de 2018 foram admitidos seis profissionais, uma Terapeuta Ocupacional, uma Animadora Sociocultural, duas Ajudantes de Ação Direta e duas Trabalhadoras Auxiliares, de forma a responder às necessidades Institucionais.

## 2.7. QUALIDADE DE VIDA

A Qualidade de Vida dos clientes e significativos é o primado para a APPACDM de Matosinhos. O atual modelo da qualidade de vida assenta na análise de necessidades, expectativas e satisfação de cada pessoa. As metas alcançadas nos Centros de Atividades Ocupacionais e nos Lares Residenciais são ajustadas, o que representa um bom nível do cumprimento dos objetivos definidos.

Os diferentes espaços da instituição têm sido alvo de requalificação, restauro e obras de melhoramento, nomeadamente a renovação das casas-de-banho dos blocos A e B que deu a origem a mais gabinetes para técnicos. A sala de snoezelen foi alargada e equipada com novos materiais o que permitiu apoiar um maior número de utentes e adquirir novas experiências sensoriais e de relaxamento.

Destacamos as atividades realizadas internamente, como momentos de promoção e valorização das relações interpessoais e por inerência a qualidade de vida.

Assim, no dia 14 de fevereiro comemoramos o Dia dos Namorados com um romântico almoço e com o baile do amor, para apaixonados, namorados e bons amigos.

Em março, decoramos árvores, lemos poesia, largamos balões para comemorar o dia da árvore.

No final do mês chegou o Põe-te a Mexer ... na Páscoa, com jogos destreza, pontaria e agilidade.





No São João, realizamos as famosas marchas São Joaninas, com caldo verde, sardinhas e fêveras para todos, terminando o dia com um belo bailarico.

Com o calor festejamos o Verão com os jogos sem fronteiras, espetáculo de teatro e uma performance de dança, com clientes, famílias e colaboradores.

A época balnear realizou-se de 23 a 27 de julho na praia do Cabo do Mundo. Fomos a banhos, jogamos futebol, jogos de praia e muita animação ensolarada.

No Halloween fizemos doçuras e travessuras no Ginásio Assombrado, assustadoras fatiotas, bruxas e morcegos, múmias e esqueletos.

## 2.8. CONFIDENCIALIDADE

A APPACDM de Matosinhos estima a confiança que os nossos clientes depositam em nós, estando empenhada em proteger os dados pessoais dos Clientes e Utilizadores de produtos e serviços da empresa e, bem assim, os dados pessoais dos respetivos titulares em todas as situações em que ocorra um tratamento dados pessoais. No cumprimento desses princípios e propósito elaborou a presente Política de Privacidade e a qual tem subjacente o seu compromisso em respeitar as regras de proteção de dados pessoais. A este propósito realizaram-se reuniões com colaboradores, pais e significativos, onde se deu a conhecer aos Clientes e Utilizadores as regras gerais de tratamento de dados pessoais, os quais são recolhidos e tratados no estrito respeito e cumprimento do disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor em cada momento, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ("RGPD").

## 2.9. HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A higiene, saúde e segurança no trabalho são fatores de elevada importância, uma vez que são as bases de proteção de clientes, significativos e profissionais. Assim, foram desenvolvidas ações de sensibilização para prevenção de eventuais acidentes de trabalho e os profissionais foram dotados de competências e equipamentos que apoiem

*[Handwritten signatures and initials in the right margin]*



as suas funções. Destacamos a realização de simulacros que tiveram lugar no Centro Dr. Leonardo Coimbra e Lar Residencial da Sra. da Hora e da Circunvalação.

S. Mamede de Infesta, 08 de março de 2019.

A Direção

*João Manuel Costa*  
✓ Serventim - P.M.Z.  
✓ Virgínia Dulce dos Santos Vieira Duarte  
✓ Apa Amélia Pereira Costa  
*João Manuel Costa*

100  
Bm C  
H  
A

APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL

Anexo 2018

Índice		
1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	4
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	9
5	Activos Fixos Tangíveis .....	9
6	Activos Intangíveis.....	10
7	Locações.....	10
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
9	Inventários .....	11
10	Rédito .....	11
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	12
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	12
14	Imposto sobre o Rendimento.....	12
15	Benefícios dos empregados.....	12
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
17	Outras Informações .....	13
17.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	13
17.2	Clientes e Utentes .....	13
17.3	Outras contas a receber .....	14
17.4	Diferimentos.....	14
17.5	Outros Activos Financeiros .....	14
17.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	14
17.7	Fundos Patrimoniais.....	14
17.8	Fornecedores .....	15
17.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
17.10	Outras Contas a Pagar .....	15
17.11	Outros Passivos Financeiros .....	16
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
17.13	Fornecimentos e serviços externos .....	16
17.14	Outros rendimentos e ganhos .....	16
17.15	Outros gastos e perdas.....	17
17.16	Resultados Financeiros.....	17
17.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

Handwritten signatures and initials in the right margin, including what appears to be 'B.M.' and other illegible marks.

## 1 Identificação da Entidade

---

A "APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO COM DEFICIENCIA MENTAL" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição particular de solidariedade social" com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta. Tem como actividade, para que possa prosseguir, os seguintes objectivos:

- Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização, individualização e bem-estar
- Promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental
- Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o estado, nas suas várias formas, no papel que lhe cabe na resolução dos cidadãos com deficiência mental e respectiva família
- Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do deficiente mental nas instituições, trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos, partilhar lugares comuns, fazer escolhas, desenvolver capacidades, ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da APPACDM e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por: • Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); • Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março; • Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março; • NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e • Normas Interpretativas (NI).

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### 3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes, para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção, inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância, devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição, ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem, ou ainda, um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a sua conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções, detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação anual, aferido por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor valor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores /doadores /associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.



### Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis, que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira, são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

### 3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusivamente ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo

impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5 % sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Activos Fixos Tangíveis

##### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo:</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1 092 436,71	4 593,29			1 097 030,00
Equipamento básico	184 870,41	6 644,34			191 514,75
Equipamento de transporte	551 669,68	73 420,00			625 089,68
Equipamento administrativo	183 829,34				183 829,34
Outros activos fixos tangíveis	49 126,43				49 126,43
	<u>2 061 932,57</u>	<u>84 657,63</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2 146 590,20</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	309 115,61	26 179,41			335 295,02
Equipamento básico	133 061,40	8 079,15			141 140,55
Equipamento de transporte	440 052,18	37 655,27			477 707,45
Equipamento administrativo	186 182,29	1 521,50			187 703,79
Outros activos fixos tangíveis	57 117,89	61,48			57 179,37
	<u>1 125 529,37</u>	<u>73 496,81</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 199 026,18</u>

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo:</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	969 401,33	123 035,38			1 092 436,71
Equipamento básico	142 913,93	41 956,48			184 870,41
Equipamento de transporte	422 064,67	129 605,01			551 669,68
Equipamento administrativo	182 392,70	1 436,64			183 829,34
Outros activos fixos tangíveis	49 126,43				49 126,43
	<u>1 765 899,06</u>	<u>296 033,51</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2 061 932,57</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	287 329,86	21 785,75			309 115,61
Equipamento básico	122 038,16	11 023,24			133 061,40
Equipamento de transporte	412 637,16	27 415,02			440 052,18
Equipamento administrativo	181 421,06	4 761,23			186 182,29
Outros activos fixos tangíveis	45 670,96	11 446,93			57 117,89
	<u>1 049 097,20</u>	<u>76 432,17</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 125 529,37</u>

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento", nada há a registar.

6 Activos Intangíveis

A Entidade não usufrui de "Activos Intangíveis".

7 Locações

A Entidade não adquiriu activos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A APPCDM, não recorreu a nenhum empréstimo Bancário ou outros similares, pelo que não há encargos financeiros a reconhecer.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	3.124,50	116.764,60	15.633,69	2025,19	132.293,34	16.704,99	980,11
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
<b>Total</b>	<b>3.124,50</b>	<b>116.764,60</b>	<b>15.633,69</b>	<b>2025,19</b>	<b>132.293,34</b>	<b>16.704,99</b>	<b>980,11</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							150.043,41
Variações nos inventários da produção							

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas		0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas e Mensalidades de utilizadores	430.598,97	417.289,67
Outros serviços	28.533,58	32.082,56
Promoção para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros	565,77	733,07
Royalties		
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>459.698,32</b>	<b>450.105,30</b>

**11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes**

Nada existe a registar.

**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
	1.890.300,69	1.858.084,44
<b>Total</b>	<b>1.890.300,69</b>	<b>1.858.084,44</b>

**13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 a Entidade não teve necessidade de recorrer as taxas de Câmbio.

**14 Imposto sobre o Rendimento**

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

**15 Benefícios dos empregados**

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2017 e 2018, foram, respectivamente 5 e 5. De 2017 para 2018 não se verificou qualquer alteração nos membros dos órgãos directivos. Os órgãos directivos não usufruem de remuneração. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de " 117 ".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	14.433,77	0
Remunerações ao pessoal	1.274.587,82	1.248.076,72
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	273.652,54	260.163,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.190,52	14.294,91
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	6.130,14	7.667,78
<b>Total</b>	<b>1.584.994,79</b>	<b>1.530.203,05</b>

**16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a obter uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Activo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	4.420,45	2.486,30
Doadores - em curso		
Patrocinadores		
Quotas	5.120,00	5.350,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		
Outras operações		
Perdas por imparidade		
<b>Total</b>	<b>9.540,45</b>	<b>7836,30</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso		0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		0,00
Resultados disponíveis		0,00
Outras operações		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	21.419,27	22.170,06
Utentes	42.859,00	28.724,73
<b>Total</b>	<b>64.278,27</b>	<b>50.894,79</b>

Nos períodos de 2018 e 2017 não existe "Perdas por Imparidade" a registar.

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

### 17.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros Devedores e Credores	3.104,32	3.231,75
Perdas por Imparidade		
<b>Total</b>	<b>3.104,32</b>	<b>3.231,75</b>

### 17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	774.81	4.382,14
<b>Total</b>	<b>774.81</b>	<b>4.382,14</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, outros ativos financeiros.

### 17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	0	22,21
Depósitos à ordem	1.650.834,69	679.385,12
Depósitos a prazo	59.865,63	712.462,58
Outros		
<b>Total</b>	<b>1.710.700,32</b>	<b>1.391.869,91</b>

### 17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	79.483,15			79.483,15
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	1.573.133,87	263.939,31		1.837.073,18
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	66.790,09		14.002,13	52.787,96

*[Handwritten signatures and initials]*



Total	1.719.407,11	263.939,31	14.002,13	1.969.344,29
-------	--------------	------------	-----------	--------------

### 17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	92.375,97	82.697,35
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
<b>Total</b>	<b>92.375,97</b>	<b>82.697,35</b>

### 17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.941,28	14.180,29
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	<b>14.941,28</b>	<b>14.180,29</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	10.367,68	9.847,90
Segurança Social	56.175,20	50.935,54
Outros Impostos e Taxas		66,28
<b>Total</b>	<b>66.542,88</b>	<b>60.849,72</b>

### 17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		1.841,03		1.631,43
Cauções				
Outras operações		10.053,58		5.240,81
Perdas por imparidade acumuladas				
Devedores por acréscimos		8.904,32		5.336,95

*[Handwritten signatures and initials]*

Credores por acréscimo de gastos		279.001,28		259.433,10
Total		299.800,21		271.642,29

#### 17.11 Outros Passivos Financeiros

A Entidade não tem "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2018.

#### 17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.890.300,69	1.858.084,44
Subsídios de outras entidades	147.179,64	94.954,57
Doações e heranças	34.885,07	23.078,86
Legados		
Total	2.072.365,40	1.976.117,87

#### 17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		46,90
Serviços especializados	87.083,02	113.843,02
Materiais	37.293,81	26.610,47
Energia e fluidos	93.940,08	92.010,89
Deslocações, estadas e transportes	6.448,08	7.255,14
Serviços diversos	173.299,44	160.607,25
Encargos com Utentes	21.316,01	23.671,33
Total	419.380,44	424,045,00

#### 17.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	1.547,00	10.647,93
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		

*[Handwritten signatures and initials]*

Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	36.317,62	21.906,26
<b>Total</b>	<b>37.864,62</b>	<b>32.554,19</b>

#### 17.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	23.312,67	35.621,28
<b>Total</b>	<b>23.312,67</b>	<b>35.621,28</b>

#### 17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	0	375,60
<b>Total</b>		<b>375,60</b>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros obtidos	565,77	733,07
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>565,77</b>	<b>733,07</b>

#### 17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018

*[Handwritten signatures and initials]*

111

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas

Matosinhos, 8 de Março de 2019

A Direcção

O Contabilista Certificado

(Nº 45587)

N.º 1111111111

*[Handwritten signature]*  
João António Costa

Virgínia Dulce das Santos Vieira Duarte  
Ana Amélia Pereira Costa

*[Handwritten signature]*

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS – 2018

APPACDM DE MATOSINHOS - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS AMIGOS DO CIDADÃO COM DEFICIENCIA MENTAL

**1. Enquadramento Institucional**

A “APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição particular de solidariedade social ” com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 da APPACDM.

**2. Execução Orçamental**

O quadro seguinte evidencia o comportamento da execução orçamental em 2018, sendo de referir que o valor global dos custos ascendeu a 2.251.228,12 Euros, enquanto, o total dos proveitos registou o valor de 2.569.928,34 Euros. Pelo que, em termos de execução orçamental o lado dos custos apresenta um desvio de cerca de 7.24% e do lado dos proveitos, um desvio de 11.20%.

Rubrica	Orçamento	Execução	Variação	
			Valor	%
Custos das Mercadorias Vendida e Matérias Primas Consumidas	127 701,29	150 043,41	22 342,12	17,50%
Fornecimentos e Serviços Externos	344 716,87	419 380,44	74 663,57	21,66%
Gastos com o Pessoal	1 552 720,15	1 584 994,79	32 274,64	2,08%
Gastos e Depreciações de Amortizações	72 000,00	73 496,81	1 496,81	2,08%
Outros Gastos e Perdas	1 726,00	23 312,67	21 586,67	1250,68%
Gastos e Perdas de Financiamento	300,00	0,00	-300,00	-100,00%
<b>Total</b>	<b>2 099 164,31</b>	<b>2 251 228,12</b>	<b>152 063,81</b>	<b>7,24%</b>
Prestação de Serviços	423 612,70	459 132,55	35 519,85	8,38%
Subsídios à Exploração	1 877 639,00	2 072 365,40	194 726,40	10,37%
Outros rendimentos e Ganhos	9 474,00	37 864,62	28 390,62	299,67%
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	300,00	565,77	265,77	88,59%
<b>Total</b>	<b>2 311 025,70</b>	<b>2 569 928,34</b>	<b>258 902,64</b>	<b>11,20%</b>

**3. Análise Económica e Financeira**

A Direção da APPACDM apresentou no ano findo de 2018, o resultado líquido do exercício no montante de 318 700,22 Euros, o que representa uma variação, positiva em relação ao ano 2018, de 20.75%.

**3.1 Análise de Gastos**

Estes ascenderam a 2.251.228,12 Euros, representando um aumento relativamente ao ano de 2017 de 51.040,07. A conta de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas em 2018 aumentou €16.532,42 Euros correspondendo a um incremento de 12.38%, em relação ao ano anterior. A conta de Fornecimentos e Serviços Externos diminuiu 4.664,56 Euros, correspondendo a uma retração de 1,10%. Destacamos nesta conta as sub-rubricas de Energia e Fluidos com um valor de 93.940,08 Euros, Serviços Diversos com o valor de 173.299,44 e os Serviços Especializados com um valor de 87.083,02. A conta de Gastos com o Pessoal aumentou 54.791,78, correspondendo a um incremento de 3.58%, em relação ao ano anterior. A conta Gastos de Depreciações e de Amortização diminuiu 2.935,36 Euros, correspondendo a uma diminuição de 3.84% em relação ao ano anterior.

*Pinto*

A tabela seguinte evidencia a estrutura e evolução dos custos nos últimos 2 anos e a respetiva variação:

Rubrica	2017	2018	
Custo das Mercadorias Vendidas e das MC	133 510,99	150 043,41	12,38%
<b>Sub-Total</b>	<b>133 510,99</b>	<b>150 043,41</b>	<b>12,38%</b>
Serviços Especializados	113 843,02	87 083,02	-23,51%
Subcontratos	46,90	0,00	-100,00%
Materiais	26 610,47	37 293,81	40,15%
Energia e Fluidos	92 010,89	93 940,08	2,10%
Deslocações e Estadas e Transporte	7 255,14	6 448,08	-11,12%
Serviços Diversos	160 607,25	173 299,44	7,90%
Encargos com Utentes	23 671,33	21 316,01	-9,95%
<b>Sub-Total</b>	<b>424 045,00</b>	<b>419 380,44</b>	<b>-1,10%</b>
Gastos com o Pessoal	1 530 203,01	1 584 994,79	3,58%
<b>Sub-Total</b>	<b>1 530 203,01</b>	<b>1 584 994,79</b>	<b>3,58%</b>
Gastos com apoios financeiros concedidos	11 265,00	11 047,08	-1,93%
Fundo de reestruturação solidária	0,00		
Outros não especificados	24 356,28	12 265,59	-49,64%
<b>Sub-Total</b>	<b>35 621,28</b>	<b>23 312,67</b>	<b>-34,55%</b>
Depreciação e Amortização	76 432,17	73 496,81	-3,84%
<b>Sub-Total</b>	<b>76 432,17</b>	<b>73 496,81</b>	<b>-3,84%</b>
Juros e Gastos similares	375,60		-100,00%
<b>Sub-Total</b>	<b>375,60</b>		<b>-100,00%</b>
<b>Total dos Gastos</b>	<b>2 200 188,05</b>	<b>2 251 228,12</b>	<b>2,32%</b>

### 3.2. Análise de Rendimentos

Os rendimentos do exercício correspondem a 2.569.928,34 Euros, tendo aumentado 105.800,98 Euros, relativamente ao ano passado, representando um crescimento de 4.29%. Houve um aumento nas prestações de serviços de 8.189,30 Euros mais 1.96% que no ano anterior, nos subsídios à exploração de 32.216,25 Euros mais

1.73%, e nas doações de 11806,21 Euros, mais 51.16% do que em 2017. De salientar ainda a rubrica subsídio de Outras Entidades, cujo valor aumentou em 52.546,60 Euros mais 55,53%.

A tabela seguinte evidencia a estrutura e evolução dos rendimentos, nos últimos 2 anos e a respetiva variação:

Rubrica	2017	2018	
Subsídios do ISS, IP – Centro Distrital	1 858 084,44	1 890 300,69	1,73%
Subsídio I.E.F.P Delegação Regional	321,53	0	-100,00%
Subsídio de Outras Entidades - CMM	94 633,04	147 179,64	55,53%
Doações e Heranças	23 078,86	34 885,07	51,16%
<b>Sub-Total</b>	<b>1 976 117,87</b>	<b>2 072 365,40</b>	<b>4,87%</b>
Mensalidades e Matrículas	417.289,67	425 478,97	1,96%
Quotas	5 350,00	5 120,00	-4,30%
Outros Serviços	32 082,56	28 533,58	-11,06%
<b>Sub-Total</b>	<b>454 .722,23</b>	<b>459 132,55</b>	<b>0,96%</b>
Outros Rendimentos Suplementares	8 720,53	1 547,00	-82,26%
Imputação de Subsídios de Investimento	15 273,93	14 002,13	-8,33%
Outros Não Especificados	8 559,73	22 315,49	160,70%
<b>Sub-Total</b>	<b>32 554,19</b>	<b>37 864,62</b>	<b>16,31%</b>
Juros e Rendimentos similares obtidos	733,07	565,77	-22,82%
<b>Sub-Total</b>	<b>733,07</b>		<b>0,00%</b>
<b>Total dos ganhos</b>	<b>2 464 258,36</b>	<b>2 569 928,34</b>	<b>4.29%</b>

Refere-se ainda, que as contas de rendimentos mais significativas são as de Prestações de serviços e de Subsídios à exploração que representam, respetivamente, 16,5 e 73.54 % do total dos Rendimentos da APPACDM.

#### 4. Análise Patrimonial

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018 apresentam um Ativo de 2.746.763,57 Euros, um valor de Fundos Patrimoniais no valor de 2.288.044,51 Euros ,sendo o seu passivo no valor de 458.719,06 Euros.

No estudo da estrutura do ativo verificamos um aumento do ligeiro no ativo fixo, que não reflete totalmente o investimento realizado no ativo fixo tangível, isto devido às depreciações e amortizações do ano. Os principais investimentos realizados foram: aquisição de um mini autocarro, uma viatura usada, termoacumuladores e mobiliário, para o refeitório, num total de investimento de 84.657,63 Euros.

Da análise do ativo corrente, verifica-se que o saldo da conta de cliente é de 64 278,27 Euros, dos quais 21.419,27 Euros se referem a clientes empresas e 42.859,00 Euros a clientes. O saldo devedor da conta Estado e Outros Entes Públicos, espelha o valor do IVA a recuperar que é 14 941,28 Euros.

Os saldos bancários, em 31 de Dezembro de 2018 ascendiam a 1.710.700, 32 Euros .

*[Handwritten signatures and initials]*

Quanto ao Fundo Patrimonial, há a registar uma variação negativa de 14.002,13 Euros, resultante da transferência numa base sistemática para a conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações/ amortizações do investimento a que diz respeito.

Quanto ao passivo corrente, a rubrica Fornecedores regista o valor de 92.375,97 Euros, Estado e Outros Entes Públicos apresenta o valor de 66.542,88 Euros.

A rubrica, Outras Contas a Pagar, apresenta o montante de 299 800,21 Euros, referentes às remunerações e encargos com Férias e Subsídio de Férias, a serem pagos em 2019.

#### 4. Proposta de aplicação de resultados.

A direcção da APPCDM propõe que o resultado positivo de 318.700.22 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

#### 5. Outros

De acordo com o disposto no decreto - lei nº 534/80, de 7 de Novembro e Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Após exercício, não se registaram factos relevantes.

Matosinhos, 8 de Março de 2019

A Direcção

*João S. Laurentino Pinto*  
*Virgínia Dulce dos Santos Vieira Duarte*  
*Ana Amélia Pereira Costa*  
*[Assinatura]*



**APPACDM - Matosinhos**  
**Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018**  
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	5	947.564,01	936.403,19
Total dos Activos Não Correntes		947.564,01	936.403,19
Inventários	9	980,11	2.025,19
Clientes	17.2	64.278,27	50.894,79
Fundadores	17.1	4.420,45	2.486,30
Estado e outros entes públicos	17.9	14.941,28	14.180,29
Outras contas a receber	17.3	3.104,32	3.231,75
Diferimentos	17.4	774,81	4.382,14
Caixa e depósitos bancários	17.6	1.710.700,32	1.391.869,91
Total dos Activos Correntes		1.799.199,56	1.469.070,37
		2.746.763,57	2.405.473,56
<b>Fundo Patrimonial</b>			
Fundos		79.483,15	79.483,15
Resultados transitados		1.837.073,18	1.573.133,87
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	17.7	52.787,96	66.790,09
Resultado líquido do período		318.700,22	263.939,31
Total dos Fundos Patrimoniais		2.288.044,51	1.983.346,42
<b>Passivo</b>			
Financiamentos obtidos			
Total dos Passivos Não Correntes		0,00	0,00
Fornecedores	17.8	92.375,97	82.697,35
Estado e outros entes públicos	17.9	66.542,88	60.849,72
Outras contas a pagar	17.10	299.800,21	271.642,29
Provisões		0,00	6.937,78
Total dos Passivos Correntes		458.719,06	422.127,14
Total do Passivo		458.719,06	422.127,14
		2.746.763,57	2.405.473,56

S.Mamede de Infesta, 08 de março de 2019

A Direção

O Técnico Oficial de Contas  
(nº45587)

*Nezuzkari*

*afosune, r.  
Laurentine P. M. J.*

*Virgínia Dulce dos Santos Luiz Duarte*

*Ana Amélia Pereira Costa*

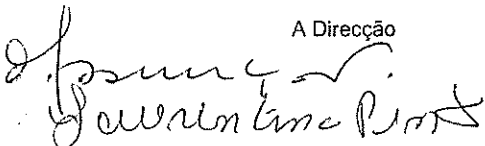
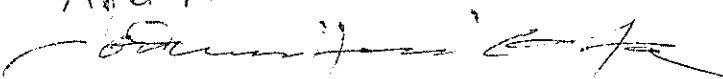
*José António Costa*

# APPACDM - Matosinhos

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		472.516,03	448.875,57
Pagamentos a fornecedores		-541.128,38	-544.012,68
Pagamentos ao pessoal		-1.308.589,78	-1.265.705,97
Caixa gerada pelas operações		<u>-1.377.202,13</u>	<u>-1.360.843,08</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-10.367,68	-9.847,90
Outros recebimentos/pagamentos		1.790.492,08	1.709.408,20
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>		<u>402.922,27</u>	<u>338.717,22</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-84.657,63	-296.033,51
Outros activos		<u>-84.657,63</u>	<u>-296.033,51</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		565,77	733,07
		<u>565,77</u>	<u>733,07</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>		<u>-84.091,86</u>	<u>-295.300,44</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	-375,60
		<u>0,00</u>	<u>-375,60</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>		<u>0,00</u>	<u>-375,60</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<u>318.830,41</u>	<u>43.041,18</u>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<u>1.391.869,91</u>	<u>1.348.828,73</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<u>1.710.700,32</u>	<u>1.391.869,91</u>

A Direcção  
  
 Virgínia Dulce dos Santos Lúcio Duarte  
 Ana Amélia Pereira Costa  


O Técnico Oficial de Contas  
(nº 45587)



APPACDM - Matosinhos

Demonstração de Resultados por Naturezas  
Período findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	2018	2017
Serviços prestados		459.132,55	454.722,23
Subsídios à exploração	12 e 17.12	2.072.365,40	1.976.117,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-150.043,41	-133.510,99
Fornecimentos e serviços externos	17.13	-419.380,44	-424.045,00
Gastos com o pessoal	15	-1.584.994,79	-1.530.203,01
Outros rendimentos e ganhos	17.14	37.864,62	32.554,19
Outros gastos e perdas	17.15	-23.312,67	-35.621,28
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>391.631,26</b>	<b>340.014,01</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-73.496,81	-76.432,17
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>318.134,45</b>	<b>263.581,84</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17.16	565,77	733,07
Juros e gastos similares suportados		0,00	-375,60
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>318.700,22</b>	<b>263.939,31</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>318.700,22</b>	<b>263.939,31</b>

S.Mamede de Infesta, 08 de março de 2019

A Direção

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
 Virgínia Dulce dos Santos Lima Duarte  
 Ana Amélia Pereira Costa  
*[Handwritten signature]*

O Técnico Oficial de Contas  
(nº45587)

*[Handwritten signature]*



APPACDM DE MATOSINHOS

Associação Portuguesa de Pais e Amigos

Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra \* 4465-189 S. M. Infesta

Telef.:229012467/92 \* Fax: 229023277

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Referente ao Exercício de 2018)

Nos termos estatutários, reuniu-se o Conselho Fiscal da APPACDM de Matosinhos para a análise e apreciação do “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2018”, documentos apresentados pela Direção e complementados por toda a documentação contabilística que lhes serviu de suporte.

Concluída a análise exaustiva aos citados documentos e não encontrando, este Conselho Fiscal, matéria passível de suscitar dúvidas, considera que aqueles merecem o seu parecer favorável.

Nestes termos, julga o Conselho Fiscal que o “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2018” reúnem as condições necessárias para que possam ser aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

S. Mamede de Infesta, 15 de março de 2019

O Conselho Fiscal

O Presidente,

João Carlos Monteiro Barbosa

O Primeiro Vogal,

Agostinho Nogueira Barbosa

O Segundo Vogal,

Maria Filomena Nogueira Ferreira